


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>**
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0011067-59.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Concessão / Permissão / Autorização**
 Requerente: **Eros de Deus Me**
 Requerido: **Fundação de Apoio Institucional Ao Desenv Científico Tecnológico Univers Federal S Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Ero de Deus – ME propôs a presente ação contra a ré Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Federal de São Carlos – FAI.UFSCar, pedindo a condenação da ré, nos termos do aditamento de folhas 105, a restituir a importância não inferior ao equivalente à metade dos valores dos aluguéis pagos desde fevereiro de 2009 até março de 2010, devidamente acrescidos de juros e correção monetária, bem como os valores indevidamente pagos de aluguéis com correção pelo índice do IGP-M, antes do período de 12 (doze) meses, e ainda os valores indevidamente recebidos com juros e correção monetária referentes aos aluguéis dos meses de janeiro de 2010 e março de 2010, com acrescido de juros e correção monetária.

A ré, em contestação de folhas 125/127, suscita preliminar de falta de interesse e, no mérito, requer a improcedência do pedido.

Réplica de folhas 146/154.

Instadas a especificar as provas que pretendiam produzir (folhas 156), a ré manifestou-se a folhas 158 e a autora a folhas 160.

Decisão de folhas 162 determinou à ré que trouxesse aos autos o croqui mencionado no item 1.4 do Edital 004/2008.

A ré trouxe aos autos o croqui de folhas 166/168, acerca do qual a autora manifestou-se a folhas 170.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento no estado em que se encontra o processo, diante das provas coligidas nos autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

De início, afasto a preliminar de falta de interesse de agir, por ser matéria de mérito.

Aduz a autora que obteve a concessão para exploração do espaço físico destinado à lanchonete no Campus da UFSCar de Sorocaba, cujo contrato foi celebrado em 06 de março de 2008. Sustenta que a área inicial prevista no contrato de concessão era de 200m², porém, posteriormente, houve redução do espaço para 188,13 m². Assim, mediante termo aditivo do contrato, o aluguel outrora fixado em R\$ 2.008,00 foi reduzido para R\$ 1.888,85. Todavia, através de novo termo aditivo o aluguel foi majorado para R\$ 2.037,12 em março de 2009. Sustenta, entretanto, que a área destinada à lanchonete é inferior a 188,13 m². Aduz que em dezembro de 2009, recebeu uma carta encaminhada pela ré, cujo teor anunciava que, por determinação do Tribunal de Contas da União, não deveria mais pagar os aluguéis à ré a partir de janeiro de 2010, mas diretamente aos cofres da Universidade, através de G.R.U., emitidas diretamente pela Tesouraria da UFSCar. Porém, as guias referentes aos meses de janeiro/2010 e março de 2010, no valor de R\$ 2.037,12 não foram enviadas pela UFSCar. Antes do término do contrato, a autora participou de uma Tomada de Preços para concessão do espaço para exploração da lanchonete, em cujo documento consta a metragem total de 44,79 m² e não 188,13 m² constantes do contrato de concessão anterior.

A ré sustenta que em 06/11/2012, a autora assinou um Termo de Rescisão Amigável com a UFSCar, dando plena quitação para mais nada reclamar contra a UFSCar ou contra terceiros por ela designados.

De fato, o Termo de Rescisão Amigável colacionado pela ré a folhas 136/138, devidamente subscrito pela autora, na pessoa de seu representante legal, em seu item “II.6.2” estabelece: *“Por ocasião da presente rescisão, as partes cientes das implicações de tal ato e com ela acordes, se outorgam as recíprocas quitações também acerca de todo o período de ocupação do imóvel pela CONCESSIONÁRIA objeto de quaisquer contratos firmados entre as partes ou por terceiros por elas designados, para mais nada haver ou reclamar a nenhum título, motivo ou razão, prestando para tanto a mais ampla, rasa, total, irrestrita e irrevogável quitação, salvo no que diz respeito ao Termo de Parcelamento de Dívida referido no item II.6.1.”*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

Dessa maneira, formei meu convencimento de que, uma vez que a ré mantinha com a UFSCAR o Convênio de Cooperação Institucional nº 013/2004, e que o Termo de Rescisão estabeleceu que a rescisão abrangeu todo o período do contrato de ocupação do imóvel pela concessionária, objeto de quaisquer contratos firmados pelas partes ou por terceiros por ela designados, a autora não tem direito a reclamar qualquer valor, a nenhum título, conforme estabelecido no item “II.6.2” (**confira folhas 137, último parágrafo**).

Diante do exposto, rejeito o pedido, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno a autora no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor atribuído à causa, com atualização monetária desde o ajuizamento e juros de mora a partir da publicação desta, observando-se, todavia, os benefícios da justiça gratuita.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 24 de março de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**